



KEPLERWEBER

KEPLER WEBER S.A.

Companhia Aberta | CNPJ/MF nº 91.983.056/0001-69 - NIRE 353 0045422-7 |

www.kepler.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2017

RELEASE DE RESULTADOS 2017

A Kepler Weber S.A. (BM&FBovvespa:KEPL3), Companhia controladora do Grupo Kepler Weber, líder de mercado em armazenagem de grãos, anuncia hoje os resultados do ano de 2017. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas em Reais, com base em números consolidados e de acordo com as disposições contidas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar (PTAX-Venda) era de R\$ 3,3080/USD 1,00.

DESTAQUES DO PERÍODO

2017: Recorde de Safra, ano competitivo na Armazenagem e fatores não recorrentes

RECEITA LÍQUIDA

R\$ 578,4 milhões, superior em 21,7% ao ano de 2016 (R\$ 475,3 milhões), reflexo da retomada dos investimentos em armazenagem, facilitada pela estabilização da economia e pela safra recorde de 2016/2017.

LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto cresceu 48% em relação ao ano de 2016 (R\$ 48,4 milhões em 2017 vs R\$ 32,7 milhões em 2016). Apesar do aumento significativo em relação ao período anterior, a escassez de financiamentos federais tornou o mercado mais competitivo, pressionando os preços de vendas em um cenário de valorização dos preços mundiais do aço. Esta erosão das margens foi parcialmente compensada por ganhos nas melhorias de processos "order-to-cash". A participação de mercado da Kepler Weber no mercado interno de armazenagem se manteve estável em relação a 2016.

PREJUÍZO LÍQUIDO

O reconhecimento de fatores não recorrentes, levou a companhia a fechar o ano de 2017 com um prejuízo de R\$ 34,3 milhões, contra R\$ 22,1 milhões de prejuízo em 2016.

EBITDA

R\$ 12,7 milhões negativos, com margem negativa de 2,2%, importante melhora comparados com os números de 2016 (R\$ 23,3 milhões negativos, com margem negativa de 4,9%).

DÍVIDA LÍQUIDA

No final de 2017, a Dívida Líquida continua negativa, R\$ 35,6 milhões negativos contra R\$ 60,4 milhões negativos em 2016.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Brasil tem registrado sucessivos recordes de safra, cuja produção de 2017 alcançou a marca de 237,7 milhões de toneladas. Esse recorde histórico de produção agrícola no Brasil fez também com que o déficit de armazenagem atingisse níveis recordes, ultrapassando 80 milhões de toneladas.

As projeções para a safra 2017/2018, segundo a CONAB, demonstram que o volume de grãos ficará em torno de 225,6 e 228,0 milhões de toneladas de grãos. Mesmo com uma perspectiva de leve recuo na produção de grãos, a falta de armazenagem será novamente um problema.

Em 2015, o Programa de Construção e Ampliação de Armazenagem (PCA), que havia sido lançado em 2013 com o intuito de eliminar o déficit de armazenagem até 2019, foi fortemente restringido. Em 2016 os cortes foram ampliados, com recursos limitados a R\$ 1,4 bilhão e, consequentemente, houve elevação nas taxas de juros. O montante de linha de financiamento dentro do PCA anunciado no novo Plano Safra 2017/2018, no início de junho, continua modesto (R\$ 200 milhões de aumento em relação ao plano anterior), porém com uma redução da taxa de juros do financiamento em 2 p.p., se estabelecendo em 6,5% a.a.. Um sinal importante foi dado pelo Governo Federal ao setor de Armazenagem, pois a taxa de juros concedida para o PCA é a menor de todos os programas contemplados no Plano Safra 2017/2018.

A combinação do forte aumento da safra, da atratividade dos juros disponibilizados pelo PCA, dos importantes estoques de passagem e a boa saúde financeira dos produtores criam as condições para a retomada do mercado. O peso dos financiamentos federais no total das vendas de armazenagem vem diminuindo, indicando uma dificuldade crescente dos clientes em conseguir captar essas linhas a taxas de juros subsidiadas. Contudo, o mercado respondeu a falta de recurso realizando os investimentos em equipamentos com recursos próprios. Atualmente cerca de 60% da carteira de pedidos da Companhia é oriunda de investimentos com capital próprio. Com a produção de grãos crescendo a um ritmo de 4% a.a. e a capacidade de armazenagem no ritmo de 2,8% a.a., conforme observamos nos últimos anos e mantendo essa trajetória no horizonte de 3 a 4 anos, o déficit de armazenagem estática continuará crescendo.

Além da armazenagem no mercado brasileiro, a empresa é ativa na exportação (15% da Receita Líquida), no segmento de Movimentação de Grãos Sólidos (7% da Receita Líquida) e em Reposição e Serviços (8% da Receita Líquida), complemento indispensável para a sustentabilidade das vendas tanto em Armazenagem, quanto em Movimentação de Grãos, que vem mantendo uma curva de crescimento contínua nos últimos 3 anos.

A Administração

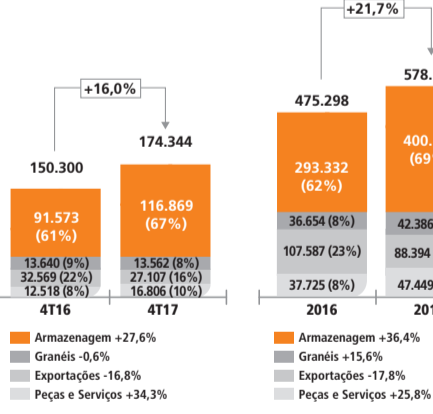
DESEMPENHO OPERACIONAL-FINANCEIRO

Principais Indicadores (R\$ milhões)	4T17	4T16	Δ%	2017	2016	Δ%
Desempenho Operacional						
Receita Líquida	174,3	150,3	+16,0%	578,4	475,3	+21,7%
CPV	(167,4)	(151,0)	+10,9%	(529,9)	(442,6)	+19,7%
Lucro Bruto	7,0	(0,7)	n/a	48,4	32,7	+48,0%
Prejuízo Operacional	(15,4)	(25,4)	-39,4%	(39,4)	(48,6)	-18,9%
Prejuízo Líquido	(19,4)	(11,2)	+73,2%	(34,3)	(22,1)	+55,2%
EBITDA	(8,6)	(18,8)	-54,4%	(12,7)	(23,3)	-45,4%
Índices						
Margem Bruta	4,0%	-0,5%	4,5 p.p.	8,4%	6,9%	+1,5 p.p.
Margem Líquida	-11,1%	-7,5%	-3,7 p.p.	-5,9%	-4,6%	-1,3 p.p.
Margem EBITDA	-4,9%	-12,5%	7,6 p.p.	-2,2%	-4,9%	+2,7 p.p.
Margem Operacional	-8,8%	-16,9%	8,1 p.p.	-6,8%	-10,2%	+3,4 p.p.

RECEITA LÍQUIDA

Apesar do forte aumento da produção agrícola e do alto nível de estoque de grãos armazenado aguardando uma elevação do preço das commodities, o mercado de armazenagem não apresenta crescimento em linha com as reais necessidades do mercado. A retração do mercado brasileiro de armazenagem que se iniciou no último trimestre 2014, atingiu o ponto baixo no 1º trimestre de 2017. A partir do segundo trimestre de 2017, o mercado respondeu a falta de recurso realizando investimentos em equipamentos com recursos próprios, apresentando sinais de retomada, tanto em volume de orçamentos, quanto em entrada de novos pedidos que se transformaram em Receita Líquida para a Companhia. Atualmente, cerca de 60% da carteira de virada de pedidos da Companhia é oriunda de investimentos de capital próprio, o que faz com que a negociação de preço ocorra de forma mais acirrada reduzindo as margens nos negócios fechados. A Receita Líquida em 2017 (R\$ 578,4 milhões) comparada com o ano anterior (R\$ 475,3 milhões em 2016), foi superior em 21,7%. Quando comparados o último trimestre do ano, foi superior em 16% (R\$ 174,3 milhões no 4T17 vs R\$ 150,3 milhões no 4T16). No mercado interno, a Receita Líquida proveniente das soluções Kepler Weber de armazenagem agrícola apresentou um aumento de 36,4% (R\$ 400,1 milhões em 2017 vs R\$ 293,3 milhões em 2016) no acumulado do ano. No quarto trimestre apresentou aumento de 27,6% em relação ao ano anterior. Já a Receita Líquida das exportações em 2017 ficou 17,8% abaixo do realizado em 2016, registrando R\$ 88,4 milhões contra R\$ 107,6 milhões em 2016. No quarto trimestre apresentou uma redução de 16,8% em relação ao 4T16. Essa retração é reflexo de uma decisão de centralizar os esforços comerciais de exportação na América Latina. A Receita Líquida da linha de Peças e Serviços tem se mostrado resiliente à crise, tanto no 4T17, quanto no acumulado do ano, e apresentou um crescimento no último trimestre do ano de 34,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e, no acumulado do ano, um acréscimo de 25,8%. Este segmento tem apresentado uma constante evolução trimestre após trimestre, tornando-se um importante contribuidor na agenda de crescimento da empresa. Já a Receita Líquida de Movimentação de Grãos Sólidos, apresentou um crescimento em 2017 de 15,6% (R\$ 42,4 milhões em 2017 vs R\$ 36,7 milhões em 2016). Em comparação do 4T17 vs 4T16, os valores estão em linha. Este segmento, inserido no setor de infraestrutura, cuja ciclicidade e sazonalidade diferem daquelas da armazenagem, não sofreu nos últimos dois anos a forte retração observada em armazenagem. A volta da confiança na economia deverá impulsionar ainda mais este segmento.

Receita Líquida R\$ (mil)



PRINCIPAIS INDICADORES (R\$ milhões)

Desempenho Operacional	2017	2016	Δ%
Receita Líquida	578,4	475,3	+21,7%
CPV	(529,9)	(442,6)	+19,7%
Lucro Bruto	48,4	32,7	+48,0%
Prejuízo Operacional	(39,4)	(48,6)	-18,9%
Prejuízo Líquido	(34,3)	(22,1)	+55,2%
EBITDA	(12,7)	(23,3)	-45,4%
Investimentos (R\$ mil)*	18,0	13,2	+36,4%
Dívida Líquida*	(35,6)	(60,4)	-41,1%
Patrimônio Líquido*	435,3	468,9	-7,1%

Índices

Índices	2017	2016	Δ%
Prejuízo por Ação (R\$)*	(1,3020)	(0,8408)	+54,9%
ROE	-7,9%	-4,7%	-3,2 p.p.
Margem Bruta	8,4%	6,9%	+1,5 p.p.
Margem Líquida	-5,9%	-4,6%	-1,3 p.p.
Margem EBITDA	-2,2%	-4,9%	+2,7 p.p.
Margem Operacional	-6,8%	-10,2%	+3,4 p.p.

* Saldo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com vendas
As despesas com vendas no quarto trimestre de 2017 ficaram 12,4% inferiores em relação ao mesmo período de 2016, totalizando R\$ 9,6 milhões, em relação à Receita Líquida houve uma redução de 1,8 p.p. em razão do aumento da atividade no mercado de Armazenagem de Grãos. Em 2017, a relação entre despesas com vendas à Receita Líquida se manteve negativa, uma redução de 1,4 p.p..

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas apresentaram uma redução de 44,5% no quarto trimestre de 2017 quando comparadas com o 4T16, em relação à Receita Líquida reduziram 5,3 p.p.. Em 2017, a redução dessas despesas foi de 15,3% em valor absoluto e de 3,2 p.p. em relação à Receita Líquida. Essas reduções são resultados dos esforços da Companhia em realizar as readequações necessárias para se tornar mais eficiente em um mercado adverso.

Despesas Operacionais (R\$ mil)	4T17	4T16	Δ%	2017	2016	Δ%
Despesas com Vendas	(9.608)	(10.974)	-12,4%	(35.873)	(36.129)	-0,7%
% Receita Líquida	5,5%	7,3%	-1,8 p.p.	6,2%	7,6%	-1,4 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(8.449)	(15.215)	-44,5%	(42.047)	(49.638)	-15,3%
% Receita Líquida	4,8%	10,1%	-5,3 p.p.	7,3%	10,4%	-3,2 p.p.
Despesa Total	(18.057)	(26.189)	-31,1%	(77.920)	(85.767)	-9,1%

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$ 3,7 milhões no 4T17, 56,6% inferiores ao montante gerado no mesmo período do ano anterior (R\$ 8,5 milhões) em razão de menor disponibilidade durante o trimestre. No acumulado do ano as receitas financeiras estão 30,5% inferiores em relação a 2016 devido a amortização de dívidas da Companhia.

Despesas financeiras

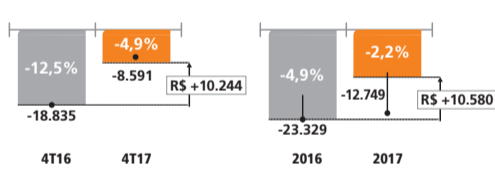
As despesas financeiras do quarto trimestre de 2017 totalizaram R\$ 5,0 milhões, 15,8% inferiores ao montante gerado no 4T16, quando foram de R\$ 6,0 milhões. Em 2017, as despesas financeiras acumuladas estão 7,9% inferiores quando comparadas a 2016, devido ao efeito de variações monetárias passivas e amortização de dívidas.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T17	4T16	Δ%	2017	2016	Δ%
Receitas Financeiras	3.709	8.540	-56,6%	21.611	31.073	-30,5%
% Receita Líquida	2,1%	5,7%	-3,6 p.p.	3,7%	6,5%	-2,8 p.p.
Despesas Financeiras	(4.989)	(5.922)	-15,8%	(19.407)	(21.063)	-7,9%
% Receita Líquida	2,9%	3,9%	-1,1 p.p.	3,4%	4,4%	-1,1 p.p.
Resultado Financeiro Total	(1.280)	2.618	n/a	2.204	10.010	-78,0%

EBITDA

O EBITDA da Companhia fechou o quarto trimestre do ano em R\$ 8,6 milhões negativos ante R\$ 18,8 milhões negativos no 4T16, uma melhora de R\$ 10,2 milhões, principalmente, aos esforços de melhoria operacional, tanto nos ganhos de produtividade através da filosofia Lean Manufacturing, quanto nas reduções de despesas no SG&A da Companhia. No acumulado dos doze meses de 2017, a melhora do quarto trimestre é refletida, ou seja, uma melhora de R\$ 10,6 milhões de EBITDA, com margem negativa de 2,2%, ante 4,9% negativa em 2016.

EBITDA (R\$ mil) e Margem EBITDA (%)

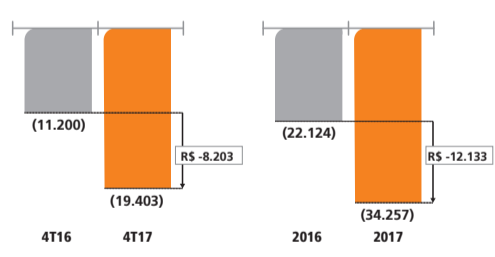


Resultado Líquido (R\$ mil)	4T17	4T16	Δ%	2017	2016	Δ%
Prejuízo do Período	(19.403)	(11.200)	+73,2%	(34.257)	(22.124)	+54,8%
(+) Provisão para IR e CS - Corrente e Diferido	2.737	(11.543)	n/a	(2.943)	(16.507)	-82,2%
(-) Receitas Financeiras	(3.709)	(8.540)	-56,6%	(21.611)	(31.073)	-30,5%
(+) Despesas Financeiras	4.989	5.922	-15,8%	19.407	21.063	-7,9%
(+) Depreciações e Amortizações	6.795	6.526	+4,1%	26.655	25.312	+5,3%
EBITDA	(8.591)	(18.835)	-54,4%	(12.749)	(23.329)	-45,4%

Prejuízo Líquido

O Prejuízo Líquido, tanto do 4T17 quanto o do ano de 2017, são reflexo de um mercado de armazenagem que ainda não voltou aos níveis ideais, pressionado por forças deflacionárias nos preços de venda no mercado interno e a valorização mundial dos preços do aço (principal matéria-prima). Adicionalmente, o quarto trimestre deste ano foi fortemente prejudicado por fatores não recorrentes que, se somados aos 9 meses anteriores chega à importância de R\$ 34,0 milhões, sendo 16% impactado na rubrica do CPV (produtos em garantia, empreiteiros e pedidos complementares internos) e 84% nas Despesas Operacionais (assessoria e contingências jurídicas, indenizações e provisões rescisórias e multas contratuais).

Prejuízo Líquido (R\$ mil)



DÍVIDA LÍQUIDA

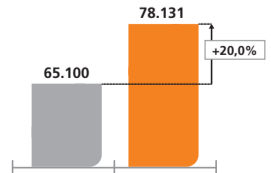
No final do ano de 2017, as disponibilidades que incluem Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, apresentaram uma redução de 35,56% em relação ao final do ano de 2016 (R\$ 115,1 milhões contra R\$ 178,6 milhões em dezembro de 2016). Este comportamento se deve, principalmente, a redução do endividamento - que passou de R\$ 118,2 milhões em dezembro 2016 para R\$ 79,5 milhões em dezembro de 2017 - e ao aumento dos estoques em R\$ 13,0 milhões no mesmo período. Da dívida total consolidada, a linha FINAME PSI corresponde a 13,5% (11,0% em 2016), a linha FINEP a 36,9% (30,2% em 2016), a linha EXIM Pré-Embarque a 37,6% (58,9% em 2016) e a linha FINIMP adquirida no 3T17 a 12%. O Endividamento Líquido negativo passou de R\$ 60,4 milhões em dezembro de 2016 para R\$ 35,6 milhões no final de 2017. Esta redução de 41,1% tem sua origem principal na amortização de dívida (R\$ 57,1 milhões principal+juros).

Endividamento (R\$ mil)	2017	2016	Varição %
EXIM Pré-Embarque	29.922	40.107	-25,4%
FINAME PSI	2.117	2.273	-6,9%
FINIMP	9.527	-	n/a
FINEP	7.921	7.665	+3,3%
Curto Prazo	49.487	50.045	-1,1%
EXIM Pré-Embarque	-	29.485	n/a
FINAME PSI	8.615	10.705	-19,5%
FINEP	21.409	27.992	-23,5%
Longo Prazo	30.024	68.182	-56,0%
Endividamento Total	79.511	118.227	-32,7%
Disponibilidades (Circulante e Não circulante)	(115.082)	(178.598)	-35,6%
Endividamento Líquido	(35.571)	(60.371)	-41,1%

ESTOQUES

O valor dos estoques da Companhia encerrou o ano de 2017 em R\$ 78,1 milhões, 20,0% superior em relação ao valor dos estoques no final de 2016 (R\$ 65,1 milhões). O aumento dos estoques está atrelado a compra estratégica de aço, preparando a Companhia para os pedidos em carteira.

Estoques R\$ (mil)



Moderação nos investimentos

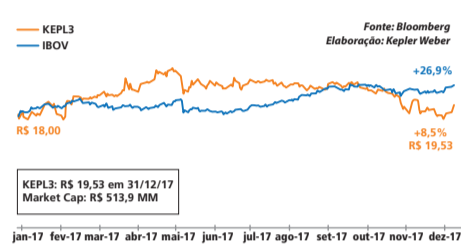
Os investimentos realizados pela Kepler Weber no ano de 2017 totalizaram R\$ 18,0 milhões, (R\$ 13,2 milhões em 2016), utilizados para aquisição de softwares, equipamentos de informática, segurança da informação e para a finalização da implantação do novo sistema ERP (R\$ 8,7 milhões), a modernização do parque industrial (R\$ 8 milhões), o desenvolvimento de novos produtos (R\$ 0,30 milhão), e melhorias em prédios e instalações (R\$ 1 milhão).



MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Kepler Weber iniciaram o ano cotadas a R\$ 18,00/ação fechando o ano de 2017 com valorização anual de 8,5% e com volume financeiro médio diário de R\$ 0,7 milhão, cotadas a R\$ 19,53/ação em 31 de dezembro de 2017. No mesmo período, o índice Bovespa apresentou uma valorização de 26,9%.

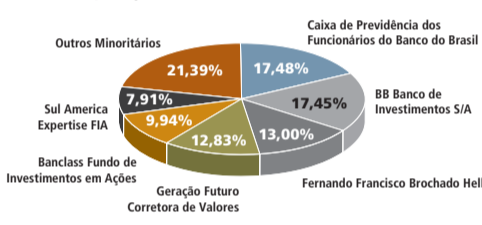
KEPL3 x IBOV



COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Kepler Weber S.A. era composto por 26.311.971 ações ordinárias, negociadas regularmente na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) sob o código KEPL3.

Composição Acionária Total - 31/12/2017



RESCISÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, por meio de um Fato Relevante, que recebeu, na data de 13/11/2017, após o horário de encerramento do pregão da B3, duas correspondências de seus acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e BB-Banco de Investimento S.A. ("PREVI" e "BB-BI") e uma correspondência da AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. ("AGCO"). Nestas correspondências a Companhia é informada da rescisão do contrato de Compra e Venda de Ações que havia sido celebrado em 09/02/2017 entre PREVI, BB-BI e AGCO, referente à possível aquisição por AGCO das ações de emissão da Companhia detidas por PREVI e BB-BI, porque as condições contratuais precedentes previstas no aludido contrato não foram cumpridas no prazo acordado. Adicionalmente, a AGCO informa que, em decorrência da rescisão do contrato, não tem mais a intenção de lançar uma oferta pública para adquirir até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme havia informado à Companhia na correspondência enviada em 09/02/2017.

AUDITORIA EXTERNA

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Kepler Weber informa que seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S, prestaram somente serviços relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, Kepler Weber Industrial S/A.

PERSPECTIVAS DO SETOR

Nos últimos anos o Governo Federal brasileiro buscou apoiar os agricultores através da concessão de linhas de crédito para investimentos agrícolas e relacionados. O PCA (Plano de Construção e Ampliação de Armazéns) foi uma das medidas implantadas pelo governo na busca de melhorar a capacidade de armazenagem de grãos no país, disponibilizando ao mercado linhas de financiamento no valor de R\$ 5 bilhões por ano, com taxas de juros extremamente competitivas (2013/2014 - 3,5% a.a.). O setor agrícola de armazenagem aderiu ao PCA, viabilizando muitos investimentos represados até então. Em 2016, em meio a crise política, o PCA foi renovado por mais um ano para 2016/2017, porém com nova redução de recursos destinados à Armazenagem Agrícola (R\$ 2,4 bilhões para R\$ 1,4 bilhão) e com alteração na taxa de juros do programa (de 7,5% até 9,5% a.p. para 8,5% a.a.). Neste ano, com a divulgação do novo Plano Safra 2017/2018 o montante disponibilizado para o setor de armazenagem cresceu 14,3% em relação ao plano anterior, chegando a R\$ 1,6 bilhão, e as taxas de juros tiveram redução de 2 p.p. (8,5% a.a. para 6,5% a.a.). As demais regras de financiamento, como prazos e carência, foram mantidas. A safra de grãos passou de 149 milhões de toneladas em 2010 para 237,7 milhões de toneladas em 2017, representando um aumento de 59,5%, ao passo que a capacidade de armazenagem cresceu no mesmo período apenas 16,3%, passando de 135 milhões de toneladas de capacidade em 2010 para 162,6 milhões de toneladas de capacidade no final de 2017. Assim, o déficit de armazenagem do país atinge níveis recordes, acima de 80 milhões de toneladas de grãos. Hoje, um terço da produção de grãos produzidos no Brasil não é armazenado adequadamente. No médio e longo prazo, a persistência da divergência entre crescimento da safra e da capacidade de armazenagem se traduzirá em uma perda de rentabilidade para o produtor rural, que, por sua vez, poderá prejudicar a curva de crescimento da produção agrícola brasileira. Esse cenário demonstra a importância dos programas de apoio do Governo Federal, como o PCA, imprescindíveis para reduzir o déficit de armazenagem de grãos ao longo dos próximos 5 a 10 anos. Sabendo da importância do processamento e armazenagem adequada dos grãos e de uma breve estabilidade política, o mercado brasileiro demonstrou uma retomada nos investimentos em 2017. Não obstante esse cenário mais otimista, a Kepler Weber vem se adequando para enfrentar um mercado com crescimento moderado e muito mais competitivo. Os demais segmentos de atuação da Companhia (Movimentação de Grãos Sólidos; Exportação e Reposição de Peças e Serviços) e o programa de revisão e simplificação dos processos internos e redução de custos são elementos importantes para melhorar o nível de margens operacionais da Companhia.

PRIORIDADES PARA 2018

A Kepler Weber iniciou o ano de 2018 focada em baixar seu ponto de equilíbrio, para isso, tem trabalhado em redução dos custos, tanto fixos, quanto variáveis e na recuperação de margem através da força de vendas. No âmbito dos custos fixos, foi realizado uma nova readequação na Companhia, desta vez, além de ajustar a nível operacional, foi executado a revisão da estrutura da diretoria e da média gerência. Já quanto aos custos variáveis, a Companhia está trabalhando na gestão ativa de seus fornecedores, demandando esforço e perseverança por reduções de custo, a fim de alcançar a vantagem competitiva em custos. Além desses esforços iniciais, a Kepler Weber mantém a busca contínua dos pontos abaixo, que por sua vez deverão produzir os resultados esperados, principalmente com a retomada do mercado, para o desenvolvimento e ampliação dos negócios da Companhia com maior geração de valor aos acionistas.

- Evolução do modelo de negócio da Kepler Weber:
 - Serviços de pós-venda;
 - Inovação;
 - Redução dos custos de matéria-prima e demais componentes;
 - Otimização das plantas para aumentar a produtividade e redução do ponto de equilíbrio;
 - Ampliação do programa de Lean Manufacturing, abrangendo todas as áreas da Companhia.
- Ampliação da presença no mercado de Movimentação de Grãos:
 - Segundo o plano estratégico de extensão do portfólio de produtos da Kepler Weber em novos segmentos.
- Manutenção e preservação das disponibilidades e caixa.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Anastácio Fernandes Filho
Diretor-Presidente e de RI
Coord. Relações com Investidores
Tel.: +55 (11) 4873-0300 e +55 (11) 4873-0302
E-mail: ri.kepler@kepler.com.br
Website: www.kepler.com.br/ri

São Paulo/SP
Rua do Rocio, 84 - 3º andar
Vila Olímpia | 04552-000
Tel.: +55 11 4873.0302

Panamby/RS - Unidade Fabril
Av. Adolfo Kepler Jr., 1500
Piratini | 98280-000
Tel.: +55 55 3375.9800

Campo Grande/MS - Unidade Fabril
Av. Solon Padilha, 4196 - BR262 Núcleo Industrial | 79108-550
Tel.: +55 67 3368.9200

SOBRE A KEPLER WEBER

A

BALANÇOS PATRIMONIAIS | EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.057	10.373	14.424	21.790
Títulos e valores mobiliários	8	6.695	-	79.887	100.989
Aplicações financeiras retidas	9	-	-	7.332	11.142
Contas a receber de clientes	8	-	-	52.769	66.154
Estoques	10	-	-	78.131	65.100
Impostos a recuperar	11	1.217	4.672	62.381	43.164
Despesas antecipadas	14	17	-	690	578
Adiantamentos a fornecedores	5.c	-	-	372	1.063
Instrumentos financeiros derivativos	20	1.418	1.329	196	187
Partes relacionadas					
Outros créditos				8.142	5.661
		23.401	16.391	304.324	315.828
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	13.439	44.677
Impostos a recuperar	11	-	-	260	539
Depósitos judiciais		9	36	3.930	4.099
Impostos diferidos	12.b	422	1.912	111.862	106.627
		431	1.948	129.491	155.942
Investimentos	13	360.003	401.323	4	4
Propriedades para investimento	14	55.457	57.444	14.188	14.465
Imobilização	15	150	190	220.809	228.669
Intangível	16	1.280	1.280	47.430	48.897
		416.890	460.237	282.431	292.036
		417.321	462.185	411.922	447.977
Total do ativo não circulante		440.722	478.576	716.246	763.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Fornecedores e empréstimos	17	181	130	52.385	46.573
Salários e férias a pagar		-	-	48.487	50.045
Adiantamentos de clientes		136	3.900	11.686	15.120
Impostos a receber		-	-	79.597	60.466
Comissões a pagar	22	995	1.066	4.182	4.839
Dividendos a pagar	25.i	4	4	4	4
Provisão para garantias	30	-	-	6.844	14.537
Outras contas a pagar		47	52	16.256	10.901
		1.363	5.152	226.944	208.362
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	17	-	-	30.024	68.182
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	82	209	17.218	10.090
Impostos a recolher	22	3.928	4.363	6.581	8.111
Outras contas a pagar		4.010	4.572	53.953	86.691
Patrimônio líquido	25	234.322	234.322	234.322	234.322
Capital social		51.231	50.477	51.231	50.477
Reservas de capital		43.889	47.854	43.889	47.854
Ajuste de avaliação patrimonial		683	1.935	683	1.935
Reserva de reavaliação		105.224	134.264	105.224	134.264
Reservas de lucros		435.349	468.852	435.349	468.852
		440.722	478.576	716.246	763.805

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS I | EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	26	-	-	578.375	475.298
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	-	-	(529.947)	(442.954)
Lucros (despesas) operacionais		-	-	48.428	32.704
Com vendas		-	-	(35.873)	(36.129)
Administrativas e gerais		(2.855)	(10.575)	(42.047)	(49.638)
Outras receitas operacionais	27	13.979	12.312	16.071	18.325
Outras despesas operacionais	28	(1.452)	(1.576)	(25.983)	(13.903)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(41.320)	(25.182)	-	-
Prejuízo operacional		(31.648)	(25.021)	(39.044)	(48.641)
Despesas financeiras	31	(391)	(535)	(19.407)	(21.063)
Receitas financeiras	31	1.563	2.109	21.611	31.073
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.476)	(23.448)	(37.200)	(38.631)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.a	(2.291)	(1.768)	(2.342)	(1.765)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	(1.490)	3.092	5.285	18.272
Prejuízo do exercício		(34.257)	(22.124)	(34.257)	(22.124)
Resultado por ação ordinária básico (em R\$)	32	(1.3020)	(0,8408)	(1.3020)	(0,8408)
Resultado por ação ordinária diluído (em R\$)	32	(1.3020)	(0,8408)	(1.3020)	(0,8408)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES I | EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Prejuízo do exercício		(34.257)	(22.124)	(34.257)	(22.073)
Total do resultado abrangente do exercício		(34.257)	(22.124)	(34.257)	(22.124)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO | EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(30.476)	(23.448)	(37.200)	(38.631)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	2.027	2.048	26.655	25.312	
Provisões	(127)	18	179	10.077	
Custo do mobilizado/intangível baixados	-	68	940	509	
Ganhos líquidos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(290)	(475)	
Encargos sobre empréstimos	-	-	8.381	8.264	
Rendimento sobre aplicação financeira	(1.312)	-	(12.090)	(17.744)	
Valor justo stock options	754	959	754	959	
Equivalência patrimonial	41.320	25.182	-	-	
	42.662	28.273	24.259	26.912	
Variações nos ativos e passivos					
Redução em contas a receber	-	-	14.145	56.533	
(Aumento) redução nos estoques	-	-	(11.409)	47.698	
(Aumento) em impostos a recuperar	3.455	960	(18.938)	(4.528)	
(Aumento) redução em outras contas a receber	(69)	115	(1.744)	2.461	
(Aumento) redução em fornecedores	51	28	5.812	(3.903)	
(Redução) aumento em salários e férias	(3.764)	3.655	(3.434)	539	
(Redução) em impostos a recolher	(2.797)	(1.645)	(5.426)	(4.108)	
Redução (aumento) em adiantamentos de clientes	-	-	19.131	(21.330)	
Redução (aumento) em outras contas a pagar	(5)	(228)	4.016	(6.539)	
Juros pagos por empréstimos	-	-	(8.092)	(7.948)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(35)	-	(35)	
	(3.119)	2.950	(5.939)	(64.841)	
	9.067	7.675	(18.610)	53.122	

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	(66)	(17.991)	(13.128)	
Aplicação financeira retida - circulante	-	-	3.810	(11.142)	
Títulos e valores mobiliários - circulante	(5.383)	-	33.192	(12.306)	
Títulos e valores mobiliários - não circulante	-	-	31.238	(15.461)	
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimentos					
		(5.383)	(66)	50.249	(52.037)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Com acionistas					
Pagamento de dividendos	-	(2.686)	-	(2.686)	
Com terceiros					
Empréstimos tomados	-	-	(49.391)	(48.304)	
Empréstimos tomados	-	-	10.386	62.184	
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento					
		(2.686)	(39.005)	11.194	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
	3.684	4.923	(7.366)	12.279	
Moeda estrangeira					
No início do exercício	10.373	5.450	21.790	9.511	
No fim do exercício	14.057	10.373	14.424	21.790	
	3.684	4.923	(7.366)	12.279	

Item que não afeta caixa: Juros capitalizados no imobilizado e intangível - - - - - 21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO I | EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Reservas de capital					Reservas de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
	Nota	Capital social	Incentivos fiscais	Valor justo de debêntures	Bônus de subscrição 2014	Reserva de subscção debêntures	Reserva de subscção patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva legal			Reserva para investimentos	Dividendo adicional proposto
234.322	617	1.173	44.368	3.360	50.026	1.928	11.615	57.257	85.351	1.345	(1.345)	-	491.362	
Reversão de impostos diferidos sobre reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	(7)	-	
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(3.291)	-	-	-	-	3.291	-	
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	1.119	-	-	-	-	(1.119)	-	
Valor justo stock options	21	-	959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	959	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.124)	(22.124)	
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.959)	-	-	-	19.959	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	234.322	617	2.132	44.368	3.360	47.854	1.935	11.615	57.257	65.392	-	-	468.852	
Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.539)	-	-	-	-	-	-	2.539	
Reversão de impostos diferidos sobre reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	1.287	-	-	-	-	(1.287)	-	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(77)	-	-	-	-	77	-	
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(5.922)	-	-	-	-	5.922	-	
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	2.034	-	-	-	-	(2.034)	-	
Valor justo stock options	21	-	754	-	-	-	-	-	-	-	-	-	754	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.257)	(34.257)	
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.040)	-	-	-	29.040	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	234.322	617	2.886	44.368	3.360	43.889	683	11.615	57.257	36.352	-	-	435.349	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS I | 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Kepler Weber S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, mercadorias e futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, Kepler Weber Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, pacotes de reposição e serviços de assistência técnica. **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal em 09 de março de 2018 e pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2018, para divulgação em 23 de março de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"). Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada a seguir:

	Dez/2017	Dez/2016
Controladora		
Total do passivo	5.373	9.724
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(14.057)	(10.373)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(6.695)	-
Dívida líquida (A)	15.379	(649)
Total do patrimônio líquido (B)	435.349	468.852
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (A/B)	(4%)	0%
Consolidado		
Total do passivo	280.897	294.953
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(14.424)	(21.790)
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	(7.332)	(11.142)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(78.897)	(100.369)
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	(13.439)	(44.877)
Dívida líquida (A)	165.815	116.355
Total do patrimônio líquido (B)	435.349	468.852
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (A/B)	38%	25%

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho. Tendo em vista que todos os ativos e passivos relevantes são utilizados na produção e comercialização de todos os produtos e para todos os mercados e não há como segregá-los de forma objetiva ou confiável. **Informações sobre produtos e serviços:** A receita líquida para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:

	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Armazenagem	400.146	293.332	
Exportações	83.394	107.587	
Grânéis	42.386	36.654	
Peças e serviços	47.449	37.725	
	578.375	475.298	

b) **Informações geográficas:** As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Mercado doméstico	489.981	367.711	
América do Sul	78.123	89.062	
América Central	4.596	4.142	
Ásia	3.543	1.372	
América do Norte	1.041	7.043	
Europa	6.554	1.039	
África	537	4.929	
	578.375	475.298	

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e sua controlada representam aproximadamente 6,94%, em um montante de R\$ 40.162 (em 31 de dezembro 2016 representavam 9,22% ou R\$ 43.842), do total das receitas líquidas da Companhia e sua controlada. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total consolidada.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RETIDAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Caixa e bancos	2	6	65	39
Aplicações financeiras	14.055	10.367	14.359	21.751
	14.057	10.373	14.424	21.790

Aplicações financeiras: As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas a garantias de empréstimos, classificadas como aplicações financeiras retidas, conforme mencionado abaixo:

	Controladora	Consolidado			
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016	
CDB	10,0% CDI	11	4	32	
CDB	70,55% CDI	70	-	370	
CDB	80% CDI	-	-	1.288	
CDB	97,0% CDI	2.188	-	2.188	
CDB	97,5% CDI	-	3.466	-	3.466
CDB	98,2% CDI	5.291	3.644	5.291	3.644
CDB	98,5% CDI	1.742	-	1.742	-
CDB	99,0% CDI	-	2.234	-	2.234
CDB	99,2% CDI	-	1.012	-	1.012
CDB	99,5% CDI	4.764	-	4.764	-
CDB	100,0% CDI	-	-	-	10.075
CDB	105,5% CDI	-	-	-	-
	14.055	10.367	14.359	21.751	

Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Compromissada	106,5% CDI	-	7.332	3.524
Compromissada	106,0% CDI	-	-	7.619
Aplicações financeiras retidas	-	-	7.332	11.142

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia, administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração, e foram consolidados pela Companhia. Os investimentos são ajustados ao valor de mercado, com as alterações em valor justo refletidas em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia classificou estes investimentos como "disponíveis para venda". Estes investimentos referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários e letras financeiras do tesouro, com prazos de vencimentos superiores há 90 dias, remunerados a taxas pós-fixadas, motivo pelo qual os rendimentos e variações foram integralmente registrados no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Vencimento	Taxa	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Circulante					
BNYM	(*)	95%	CDI	310	-
LFT	01/09/2018	100%	SELIC	2.999	-
LTNO	01/07/2018	99%	SELIC	420	-
		De 105,4% a			
LF	De 15/02/2018 a 01/11/2018	110%	CDI	8.140	28.357
LFS	De 09/05/2018 a 12/12/2018	100% a 112,15%	CDI	5.502	28.653
BB CDI	(*)	98,01%	CDI	62.516	43.979
				78.887	100.989
Não Circulante					
LFT	De 01/03/2020 a 01/09/2023	100%	SELIC	11.733	33.745
		De 105,5%			
LF e LFS	De 31/01/2019 a 06/09/2019	a 110%	CDI	1.706	10.932
				13.439	44.677
				93.226	145.666

(*) Tratam-se de aplicações financeiras sem vencimento fixo contratual, tendo disponibilidade imediata de resgate. Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Clientes a receber - mercado interno	50.358	61.389	
Clientes a receber - exterior	2.218	9.042	
	53.576	70.431	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(807)	(4.277)	
	52.769	66.154	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Saldo no início do exercício	(4.277)	(3.350)	
Adições	(500)	(3.357)	
Realizações	2.710	-	
Baixas/Reversões	1.260	2.430	
Saldo no final do exercício	(807)	(4.277)	

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Valores vencidos			
Até 30 dias	8.771	8.180	
31 a 60 dias	5.190	5.352	
61 a 90 dias	1.384	2.428	
91 a 120 dias	1.555	751	
121 a 150 dias	661	783	
151 a 180 dias	57	240	
Mais de 181 dias	5.238	11.858	
	22.856	29.592	
A vencer			
Até 30 dias	5.363	10.383	
31 a 60 dias	2.725	14.409	
61 a 90 dias	7.866	5.578	
91 a 120 dias	9.072	3.349	
121 a 150 dias	2.926	1.781	
151 a 180 dias	1.390	1.356	
Mais de 181 dias	1.378	3.983	
	30.720	40.833	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(807)	(4.277)	
	52.769	66.154	

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável adicional é necessária com relação às contas a receber. Do saldo total de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2017, 74% são de títulos vencidos até 120 dias (56% em 31 de dezembro de 2016). O montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e sua controlada estão classificados como a vencer até 120 dias. Do montante dos vencidos, 25% estão concentrados em três clientes, sendo estes valores vinculados, principalmente, a eventos físicos conforme mencionado na nota explicativa 5.a.

10. ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Produtos acabados	15.377	18.204	
Produtos em elaboração	23.037	15.073	
Matérias-primas	38.046	36.120	
Adiantamentos a fornecedores	5.736	1.390	
Provisão para perdas	(4.065)	(5.687)	
	78.131	65.100	

A Companhia e sua controlada constituem provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício. A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado	Dez/2017	Dez/2016
Saldo no início do exercício	(5.687)	(7.930)	
Adições	(1.643)	(738)	
Baixas/Realizações	2.265	3.041	
Saldo no final do exercício	(4.065)	(5.687)	
Circulante			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	19.307	12.122	
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	16.857	5.479	
PIS/COFINS a recuperar	1.836	3.534	
REINTEGRA - Decreto 7633/11	1.886	100	
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.034	20.194	
Outros	1.461	1.735	
	62.381	43.164	
Consolidado			
Dez/2017	Dez/2016		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	260	539	
	260	539	

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente. O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

a) **Despesa com imposto de renda e contribuição social:** A conciliação do imposto de renda e da contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado		
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(30.476)	(23.448)	(37.200)	(36.631)
Resultado da equivalência patrimonial	41.320	25.182	-	-
Outras adições permanentes	191	355	2.001	1.380
Base de cálculo	11.035	2.089	(35.199)	(37.251)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota efetiva	(3.752)	(7.10)	11.968	12.665
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos	-	-	(8.014)	-
Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	-	1.832	-	1.832
Outros	(29)	202	(1.011)	2.010
Imposto de renda e contribuição social	(3.781)	1.324	2.943	16.507
Alíquota fiscal efetiva	(34%)	63%	(8%)	(44%)
Corrente	(2.291)	(1.768)	(2.342)	(1.765)
Diferido	(1.490)	3.092	5.285	18.272

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atualizou suas projeções de resultado mantendo o registro de imposto diferido ativo até o limite que julga provável de realização num período razoável de tempo (não superior a 10 anos). O imposto de renda e contribuição social diferidos: As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2017 será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado		
	IRPJ CSLL	Total % de Realização	IRPJ CSLL	Total % de Realização
Exercício	960	346	1.306	7,87%
2018	1.067	384	1.451	8,74%
2019	1.100	396	1.496	9,01%
2020	1.210	436	1.646	9,92%
2021	7.866	2.832	10.698	64,46%
De 2022 a 2028	12.203	4.394	16.597	100,00%
	111.985	40.315	152.300	100,00%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Kepler Weber S.A.	Kepler Weber Industrial S.A.		
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Ativo	15.584	16.562	112.744	105.008
Prejuízo fiscal e base negativa	1.013	2.064	22.959	22.567
Diferenças temporárias	16.597	18.626	135.703	127.575
Passivo	173	1.040	-	-
Reserva de reavaliação a realizar	15.004	15.528	7.607	8.204
Ajuste de avaliação patrimonial	998	146	15.359	13.176
Depreciação fiscal x societário	-	-	1.297	1.480
IRPJ/CSLL Capitalização de juros	16.175	16.714	24.263	22.860
	422	1.912	111.440	104.715

Impostos diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado</
--	--------------	---------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

	1º Outorga Julho/2014	
Letra	03/07/2017	04/07/2017
Prazo de carência a partir da outorga	68.726	18.293
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário	39.35	39.35
Preço de exercício - (RS)	21,32	21,61
Valor justo por opção - (RS)	33,79%	33,79%
Volatilidade do preço da ação	11,89%	11,89%
Taxa de juro livre de risco		

	2º Outorga Julho/2015		
Letra	06/07/2018	07/07/2018	08/07/2018
Prazo de carência a partir da outorga	105.815	27.920	16.522
Quantidade de ações	27,65	27,65	27,65
Preço de exercício - (RS)	13,86	13,97	14,06
Valor justo por opção - (RS)	38,70%	38,70%	37,70%
Volatilidade do preço da ação	12,62%	12,62%	12,62%
Taxa de juro livre de risco			

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial. A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1º Outorga		2º Outorga	
Saldo em 31/12/2016	68.726	122.337		
Saldo em 31/12/2017	68.726	122.337		

No exercício em 31 de dezembro de 2017 a Controladora contabilizou com despesa de valor justo referente ao Plano de Opções de Compra de Ações RS754 (RS959 em 31 de dezembro de 2016), reconhecendo correspondente aumento no patrimônio líquido.

22. IMPOSTOS A RECOLHER

Circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
ICMS a pagar	115	105	253	163
PIS/COFINS a pagar	674	639	674	639
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	206	320	1.498	2.246
Imposto de Renda e CSLL	–	–	897	–
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	995	1.066	4.189	4.839
Outros	–	–	–	–

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	3.928	4.363	3.928	4.363
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	–	–	1.405	1.645
Imposto de Renda e CSLL	–	–	1.248	2.103
	3.928	4.363	6.581	8.111

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes ao parcelamento. Adicionalmente, em 11 de setembro de 2017 a Companhia solicitou adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (Lei nº 13.496/2017) após desistência do processo de número 13062.000017/2003-35 no município total de R\$ 1.121 (R\$ 374 de principal e R\$ 747 a título de multa de juros). Durante o exercício, a Companhia quitou R\$ 224 e o restante do valor de R\$ 897, será quitado por compensação de prejuízo fiscal. No momento, aguarda-se a consolidação dos parcelamentos realizados junto à Receita Federal.

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Trabalhistas e previdenciárias	30	15	164	52
Tributárias	82	209	209	209

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Itens	Controladora		Consolidado	
	Dez/2016	Adição de provisão	Reversão de provisão	Dez/2017
Trabalhistas e previdenciárias	164	64	(198)	30
Tributárias	45	7	–	52
	209	71	(198)	82

Itens

Itens	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Trabalhistas e previdenciárias	30	15	164	52
Tributárias	82	209	209	209

Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	Dez/2016	Adição de provisão	Reversão de provisão	Dez/2017
Trabalhistas e previdenciárias	6.185	1.917	(3.553)	4.549
Tributárias	1.193	7	(1.48)	52
Cíveis	–	13.553	(8.348)	12.617
	7.378	11.477	(8.348)	10.509

Processos trabalhistas e previdenciários

Processos trabalhistas e previdenciários consistem, principalmente, em reclamações de trabalhadores de empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho. **Processos tributários:** são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI. **Processos cíveis:** a principal ação está relacionada com indenização por responsabilidade civil e decorre das atividades operacionais das empresas. A maior parte da provisão de processos cíveis no período se refere a desembargamentos desfavoráveis em um processo com risco de perda estimado no montante de R\$ 8.860. Esta ação de indenização cível por danos foi proposta em 01/08/2005, teve sentença parcialmente procedente, julgamento das apelações, embargos declaratórios da Kepler Weber desacobiados e, atualmente, aguarda julgamento de recurso especial. **Passivos contingentes:** a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. Dentre estes processos destaca-se o Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S/A sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário atrelado objeto do Auto de Lançamento é de R\$ 48.195 onde R\$ 20.439 refere-se ao valor principal e R\$ 25.756 a multa e juros. O processo permanece na instância administrativa estadual aguardando julgamento do Recurso Extraordinário ao Plano do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais. A Controlada de fevereiro de 2018 contra o julgamento havido em 13 de dezembro de 2017 pela Segunda Câmara, quando foi negado provimento ao Recurso Voluntário. O Recurso Extraordinário está fundado em divergência com dois julgamentos proferidos pela Primeira Câmara do mesmo Tribunal Administrativo (decisões paradigmáticas) que em situação equivalente concluíram pela total insubsistência do lançamento que apreciavam. O Recurso que aguarda julgamento pretende fazer prevalecer a mesma conclusão de insubsistência do lançamento que foi alcançada quando do julgamento dos paradigmas. Permanece suspensa a exigibilidade e os advogados da Companhia classificaram como possível o risco de perda em relação ao mérito, embora a possibilidade de um dano desfavorável, que resulte na saída de recursos financeiros para sua Controlada, continua sendo considerado como remoto. Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Tipo de processo	Controladora		Consolidado	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Trabalhistas	2.033	889	4.965	4.844
Tributárias	62.284	19.959	69.282	25.692
Cíveis	–	–	–	–

s processos cíveis com risco de perda possível se referem, principalmente, a demandas de clientes da Companhia, os quais tiveram decisão desfavorável em primeira instância, sendo que o maior montante se refere a um processo, com risco de perda estimado em aproximadamente R\$ 51.800. Este processo foi proposto em 1998 e redistribuído em 09/08/2000, e discute responsabilidade civil decorrente de uma obra. O processo está no Tribunal de Justiça de São Paulo aguardando julgamento de recurso de segunda instância. A Controlada da Companhia ajuizou em 14 de março de 2017 Medida Judicial pleiteando a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A sentença de primeira instância foi proferida em 25 de julho de 2017, concedendo o direito para que pudesse excluir de suas operações futuras o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tendo por base esta sentença a Controlada da Companhia passou a não mais oferecer a base de tributação das contribuições ao PIS/COFINS os valores de ICMS. Essa exclusão refletiu no não recolhimento do PIS e da COFINS no montante de R\$ 2.841. Ressalte-se que esta decisão é de primeira instância e o processo encontra-se no TRF da 4ª Região aguardando decisão dos Recursos de Apelação e Remessa de Ofício podendo ser ou não mantida. Entretanto, com base na decisão do STF comentada a seguir e na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia e sua Controlada concluíram que não é provável o desembolso de caixa em relação aos valores não recolhidos. O STF julgou o mérito da matéria e decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, em linha com a tese pleiteada pela Controlada. Vale destacar que, apesar da decisão quanto ao mérito, o caso ainda aguarda julgamento de embargos de declaração apresentado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, principalmente no que se refere à modulação de efeitos da decisão de mérito. Para os períodos anteriores à data do ajuizamento da medida judicial supra mencionada, e não prescritos, a Controlada deverá aguardar o trânsito em julgado do seu processo judicial, bem como a decisão final do STF que definirá o período beneficiado bem como a forma de aproveitamento do crédito tributário (compensação com outros tributos federais ou pretatório). A Controlada e seus assessores estimam que a decisão não limitará o direito da ação judicial proposta a partir de 14 de março de 2017, data do ajuizamento, e o, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Pais Rangel - Presidente do Conselho de Administração
Fernando Florêncio Campos - Vice-Presidente do Conselho de Administração

Membros	
Antônio Sérgio Riede	Maria Gustavo Heller Britto
Carlos Infante de Castro	Valmir Pedro Rossi
Marcelo Gasparino da Silva	

CONSELHO FISCAL

Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia

Membros	
Luiz de Lima Giacomini	Nilo José Panazzolo

DIRETORIA

Anastácio Ubaldino Fernandes Filho

Diretor-Presidente	
André Luis Paz Acosta	Diretor Administrativo

CONTADORES

Marcio Wasem

Gerente de Controladoria - CRC-RS 52398/O-9	
Crístiane Beatriz Back Bender	Contadora - CRC-RS 072285/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela EY - Ernst & Young Auditores Independentes S.S e no seu Relatório, emitido em 22 de março de 2018, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Acionistas, Conselheiros e Administradores da Kepler Weber S.A. São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kepler Weber S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kepler Weber S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos** que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, a realização de procedimentos de condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade do ativo fiscal diferido:** A Companhia e sua controlada possuem ativo fiscal diferido nos montantes de R\$16.597 mil e R\$135.703 mil, respectivamente, reconhecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e bases negativas. A análise da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação a condições econômicas e de mercado. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, na revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Administração, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; a revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido; e a análise das divulgações realizadas na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas das áreas tributária e de transações - avaliação de projeções (*valuation*). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos, relacionados a temas tributários, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 23 das demonstrações financeiras

serem levantados para o período de março de 2012 a julho de 2017. Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017, a Controlada estima o valor potencial dos créditos, incluindo atualização monetária, em aproximadamente R\$ 52.300.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos	Nota	Controladora			Dez/2017			Dez/2016			
		Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.057	–	–	14.057	10.373	–	–	10.373	–	
Títulos e valores mobiliários - circulante	8	–	6.695	–	6.695	–	–	–	–	–	
Passivos											
Fornecedores	–	–	(181)	(181)	–	(130)	(130)	–	–	–	
		14.057	6.695	(181)	20.571	10.373	(130)	10.243	10.373	(130)	

Ativos	Nota	Controladora			Dez/2017			Dez/2016			
		Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.424	–	–	14.424	21.790	–	–	21.790	–	
Aplicações financeiras retidas - circulante	7	7.332	–	–	7.332	11.142	–	–	11.142	–	
Títulos e valores mobiliários - circulante	8	–	79.887	–	79.887	–	100.989	–	100.989	–	
Contas a receber clientes	9	–	–	52.769	52.769	–	–	66.154	66.154	–	
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	196	–	–	196	187	–	–	187	–	
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8	–	13.439	–	13.439	–	44.677	–	44.677	–	
Passivos											
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	(79.511)	(79.511)	–	–	(118.227)	(118.227)	–	
Fornecedores	–	–	–	(52.385)	(52.385)	–	–	(46.573)	(46.573)	–	
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
		21.952	93.326	(79.127)	36.151	33.119	145.666	(98.646)	80.139	–	

b) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

Ativos financeiros:	Controladora			
	Valor contábil Dez/2017	Valor justo Dez/2017	Valor contábil Dez/2016	Valor justo Dez/2016
Caixa e equivalentes de caixa	14.057	14.057	10.373	10.373
Títulos e valores mobiliários - circulante	6.695	6.695	–	–
	20.752	20.752	10.373	10.373
Passivos financeiros:				
Fornecedores	(181)	(181)	(130)	(130)
	(181)	(181)	(130)	(130)

Ativos financeiros:	Controladora			
	Valor contábil Dez/2017	Valor justo Dez/2017	Valor contábil Dez/2016	Valor justo Dez/2016
Caixa e equivalentes de caixa	14.424	14.424	21.790	21.790
Aplicações financeiras retidas - circulante	7.332	7.332	11.142	11.142
Títulos e valores mobiliários - circulante	79.887	79.887	100.989	100.989
Contas a receber clientes	52.769	52.769	66.154	66.154
Títulos e valores mobiliários - não circulante	13.439	13.439	44.677	44.677
Instrumentos financeiros derivativos	196	196	187	187
	168.047	168.047	244.939	244.939
Passivos financeiros:				
Financiamentos e empréstimos	(79.511)	(79.511)	(118.227)	(118.227)
Fornecedores	(52.385)	(52.385)	(46.573)	(46.573)
	(131.896)	(131.896)	(164.800)	(164.800)